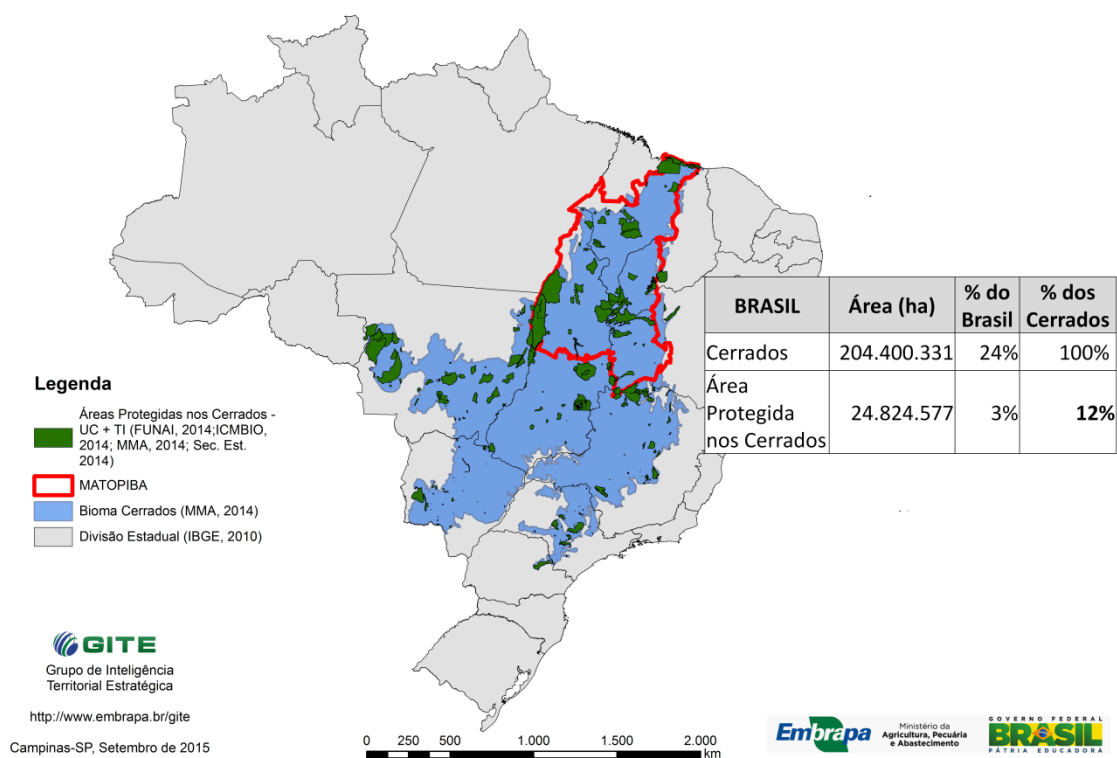


NA AGRICULTURA, A PRESERVAÇÃO DOS CERRADOS

Evaristo E. de Miranda¹

Carlos Alberto de Carvalho²

A primeira garantia de preservação dos cerrados no Brasil foi a criação pelos governos estaduais e federais de áreas protegidas (terras indígenas e unidades de conservação). Dos 204 milhões de hectares dos cerrados, cerca de 25 milhões já são áreas protegidas. No restante dos cerrados cabe à agricultura assegurar o futuro desse bioma e de sua biodiversidade.



Isso é particularmente verdadeiro no Matopiba, uma região geoeconômica de 73 milhões de hectares englobando parte do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Os cerrados representam 91% do Matopiba (67 milhões de hectares).

Por duas razões principais, em nenhuma região do Brasil, os cerrados estão mais protegidos do que no Matopiba. Em primeiro lugar, enquanto nos

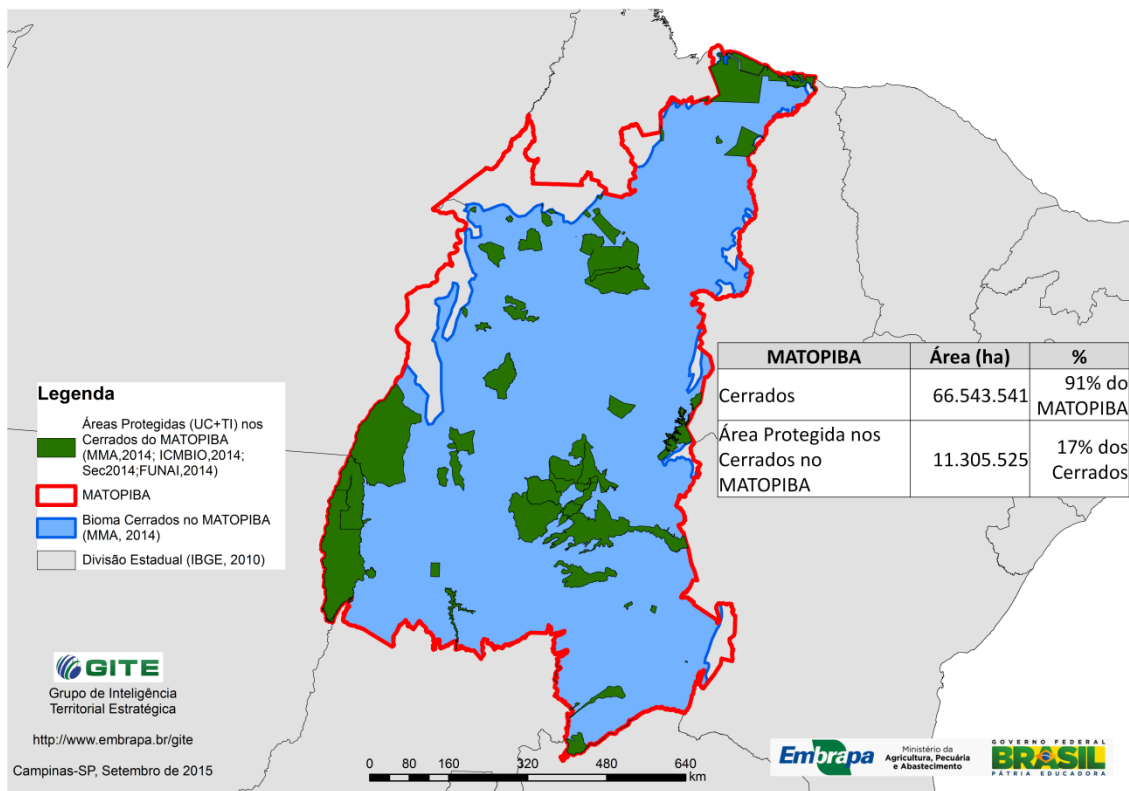
¹ Doutor em ecologia, chefe geral da Embrapa Monitoramento por Satélite.

² Mestre em ciências da computação, analista da Embrapa Monitoramento por Satélite

cerrados brasileiros as áreas protegidas totalizam 12% de sua extensão, nos do Matopiba elas representam 17%. Em nenhuma outra região geoeconômica dos cerrados existem tantas áreas protegidas. Esse valor é 42% superior à média nacional de áreas protegidas nos Cerrados. São 42 Unidades de Conservação e 28 Terras Indígenas. Nenhum assentamento agrário ou agricultura intensiva é possível nesses locais.

Em segundo lugar, em que pese a antiguidade da antropização dessa região, ela ainda é pouco significativa comparada ao resto do Brasil. A ocupação humana do Matopiba é a mais antiga do Brasil. Ela começou no século XVII, intensificou-se com a criação pombalina da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e culminou com o desenvolvimento agroindustrial de São Luiz no século XIX. Boa parte dos babaçuais do Maranhão são o resultado dessa antropização crônica e secular marcada pela pecuária e pelo uso do fogo. Ela prosseguiu no século XX e consolidou-se com numerosas cidades, estradas, infraestruturas logísticas, atividades energético-mineradoras, barragens etc. E ganhou impulso com a construção da rodovia Belém-Brasília, da Transamazônica e da ferrovia Carajás - São Luiz.

Até 2002, apenas 20% dos cerrados do Matopiba estavam antropizados. Em 2009, essa antropização chegou a 26%, segundo os dados do Projeto de Monitoramento do Desmatamento dos Biomas Brasileiros por Satélite do Ministério do Meio Ambiente. Os dados dos satélites Landsat e CBERS indicam um crescimento anual da ordem de 1% nas áreas antropizadas do Matopiba desde 2002, o ano de referência e início desse monitoramento orbital. Essa taxa está bem abaixo do crescimento anual da população e da economia regional. Entre 2008 a 2009, por exemplo, o bioma cerrado perdeu 0,37% de sua cobertura vegetal remanescente (7.637 km²).



A agricultura é apenas um dos componentes da antropização do Matopiba. A expansão intensificada da produção de grãos no Matopiba cresceu muito nas últimas décadas. Pela primeira vez, desde o século XIX, este ano o Nordeste produziu mais alimentos do que o Sudeste: 18,6 milhões de toneladas de grãos (arroz, feijão, milho, soja...), segundo dados da CONAB e do IBGE. O grande responsável por essa safra recorde de grãos é o Matopiba.

Essa ocupação agrícola mais intensiva não é sinônimo, nem pode ser confundida, com desmatamento. O que predomina ainda no Matopiba é o uso pecuário das terras, além da existência de reflorestamentos no Nordeste e Sudoeste da região. Estudos de sensoriamento remoto sobre o desmatamento da região, entre 2002 e 2010, mostraram que “grande parte da expansão da agricultura ocorreu em locais previamente desmatados, indicando a utilização de áreas já antropizadas”³ na produção de alimentos. E o uso do fogo declina quando áreas de pecuária extensiva são convertidas em agricultura intensiva.

Nas áreas novas de expansão da agricultura, o Código Florestal determina a existência de uma reserva legal de vegetação nativa de 20% nas regiões de cerrados, mas aumenta para 35% no caso da Amazônia Legal, como é o

³ <http://www.dsr.inpe.br/sbsr2015/files/p0697.pdf>

caso de 60% do Matopiba. Existem potencialmente mais cerrados a serem preservados como reserva legal das propriedades rurais do que em todas as áreas protegidas já existentes no Matopiba.

A exigência de 35% de preservação dos cerrados nas propriedades rurais em cerrados na Amazônia Legal, além dos 19% já preservados de forma absoluta, estende potencialmente essa proteção para mais de 11 milhões de hectares ou um total de 28% da área total. Em outras palavras, se toda a área passível de uso dos cerrados do Matopiba na Amazônia Legal (32 milhões de hectares) fosse um dia ocupada apenas pela agricultura - o que está muito longe de ser o caso - mais de 11 milhões de hectares seriam preservados nas áreas de reserva legal (28%), muito mais do que o existente nas áreas protegidas atuais. No resto do Matopiba, a exigência de 20% de preservação dos cerrados no interior das propriedades rurais potencialmente representaria 4,6 milhões de hectares e 17% da área total.

Legalmente, apenas cerca de 59% dos cerrados do Matopiba são passíveis de ocupação. Dos 41% restantes, 17% já são áreas protegidas e a exigência da manutenção da vegetação nas áreas de reserva legal e de preservação permanente potencialmente representam mais 24% do total, no caso tudo fosse ocupado pela agricultura, um cenário improvável. Na ocupação por atividades industriais-urbanas e energético-mineradoras essa preservação seria próxima de zero.

Qualquer que seja o cenário futuro, as áreas agrícolas do Matopiba cumprem e cumprirão o mais relevante papel na preservação dos cerrados, graças ao Código Florestal. Isso se deve tanto à extensão preservada no interior dos imóveis (muito superior ao existente nas áreas já declaradas como protegidas), como por sua ampla repartição espacial e pela conexão ecológica viabilizada pela agricultura entre os blocos territorialmente isolados de áreas protegidas.